



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/ES

**ESTUDO PRELIMINAR**

Lei nº 14.133/2021 e Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022

Processo nº 08285.006050/2024-49

**1. INFORMAÇÕES BÁSICAS**

- 1.1. Objeto: Aquisição de café, açúcar e copos descartáveis com o objetivo de suprir a demanda da Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo - SR/PF/ES e unidades vinculadas.
- 1.2. Número do processo: 08285.006050/2024-49.
- 1.3. Número da Contratação no PAC: 200352 90021/2023

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1. A Superintendência de Polícia Federal no Espírito Santo e suas delegacias descentralizadas trabalham diuturnamente no cumprimento da sua missão institucional. Por isso, o fluxo diário de pessoas em suas unidades administrativas é alto, em razão do atendimento ao cidadão para dúvidas, petições, emissão de certidões, além das demandas investigativas e policiais. Ademais, os servidores do órgão exercem suas atividades tanto em horário comercial quanto em regime operacional e escala de revezamento, necessitando, assim, que permaneçam no ambiente de trabalho entre 08 (oito) horas a 24 (vinte e quatro) horas (no caso das escalas de serviço operacional).

2.2. Assim, é imprescindível que os ambientes físicos da SR/PF/ES e de suas unidades disponham de insumos e materiais mínimos que facilitem e proporcionem melhor qualidade do trabalho e melhor atendimento aos cidadãos que procuram atendimento no setor público. Essa previsão é comum nos variados órgãos da administração pública, em todas as esferas. Destaque-se que o setor privado também dispõe da mesma necessidade, qual seja, ofertar uma estrutura mínima que favoreça a comodidade dos que ali frequentam diariamente.

2.3. Tais insumos, a saber, café, açúcar e copos descartáveis são itens indispensáveis no dia a dia das unidades, a fim de auxiliar no desempenho das atividades laborais pelos servidores, terceirizados, estagiários e comodidade dos visitantes diários deste órgão.

2.4. O consumo diário de café, conforme menciona o INMETRO em sua página eletrônica (<http://www.sitedoconsumidor.gov.br/Consumidor/produtos/cafe2.asp>), faz com que o cérebro permaneça mais atento e capaz para as atividades intelectuais diárias, além de estimular a atenção, memória e concentração, estimulando o sistema de vigília do cérebro, bem como diminuindo a incidência de apatia e depressão.

2.5. Em relação ao item açúcar, é essencial para o fornecimento de café, que por sua vez para ser servido se faz necessário o uso dos copos descartáveis tanto para café e chá (copo de 50ml) como para o consumo de água, sucos e demais bebidas (copo de 200ml).

2.6. Tendo em vista a necessidade indispensável de tais insumos, faz-se necessário o presente processo licitatório para reposição e complementação do estoque, bem como provisionamento de insumos para o ano de 2025, conforme estudo realizado no processo 08285.005022/2024-12, sendo certo de que a falta dos produtos acarretaria em prejuízo ao funcionamento das atividades de atendimento ao público do órgão.

### 3. **ÁREA REQUISITANTE**

3.1. Setor de Administração e Logística Policial - SELOG/SR/PF/ES.

3.2. **Responsável:** Robson Cypreste Carneiro e Thuane Broedel Andrade.

### 4. **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

#### 4.1.1. **Sustentabilidade**

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

a) Até a presente data não há edição de Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) por parte do Órgão, sendo que por isso não há exigências específicas neste tópico.

b) A presente aquisição de gêneros alimentícios não enquadra-se nas hipóteses dos beneficiários consumidores, conforme art. 2º, I do Decreto 11.802/2023 que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA instituído pela Lei 14.628/2023.

c) Para os itens 1 e 2, quando solicitado pelo pregoeiro, a licitante, ainda que não seja a fabricante ou importadora, deverá comprovar que o produto atende às normas vigentes relativas a regularização dos alimentos e embalagens, notadamente as regras constantes na [Resolução da Diretoria Colegiada \(RDC\) nº 843/2024](#) e a [Instrução Normativa \(IN\) nº 281/2024](#), que entraram em vigor no dia 1º setembro de 2024, bem como a legislação correlata.

d) Para os itens 1 e 2, quando solicitado pelo pregoeiro, a licitante, ainda que não seja a fabricante ou importadora, deverá comprovar que o produto atende os requisitos sanitários, notadamente as regras estabelecidas na [Resolução da Diretoria Colegiada \(RDC\) nº 716/2022](#) (café) e [Resolução da Diretoria Colegiada nº 273/2022](#) (açúcar), bem como a legislação correlata.

#### 4.1.2. **Habilitação**

4.1.2.1. Tendo em vista que a natureza dos objetos, bem como as quantidades listadas não exige grande especialidade do fornecedor, o Tribunal de Contas da União entende que os requisitos de habilitação podem ser os mínimos possíveis, conforme decisões abaixo:

a) É inconstitucional e ilegal o estabelecimento de exigências que restrinjam o caráter competitivo dos certames. (Acórdão TCU nº 539/2007 - Plenário)

b) Também se pode presumir que objetos comuns não demandam maior especialidade do fornecedor. Logo, os requisitos de habilitação podem ser os mínimos possíveis." (Acórdão TCU nº 1729/2008 - Plenário).

c) As exigências do Edital devem limitar-se ao mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, de modo a evitar a restrição ao caráter competitivo do certame. (Acórdão TCU nº 110/2007 - Plenário).

4.2.

### 5. **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

5.1. Diversas empresas podem fornecer os materiais pretendidos por se tratar de bens comuns, disponíveis no comércio.

5.2. Os bens a serem adquiridos são soluções de mercado comuns para as quais não há grande variabilidade, a não ser no requisito da qualidade, o que, acredita-se, esteja respaldado pela completude das especificações, minimizando o risco de aquisição de itens de qualidade inferior pautados por preço referencial que não se justificaria.

5.3. Foram analisados procedimentos licitatórios anteriores que demonstraram a utilização comum das soluções propostas por diversos órgãos da Administração Pública.

5.4. Registra-se que para o item 1, em atendimento ao artigo 19, §2º, da Lei 14.133/2021, a equipe se orientou pela minuta do Catálogo Eletrônico de Padronização para o item café ([site](#)), não havendo, contudo, integral adesão ao texto padronizado, em razão do *CATMAT* escolhido para o atendimento das necessidades da SR/PF/ES ser diverso das opções na minuta em referência.

6. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

6.1. Aquisição de café, açúcar e copo para atender a demanda da Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo e as suas unidades subordinadas.

6.2. Os materiais deverão atender às seguintes especificações mínimas:

Item	Descrição /Especificação
1	<p><b>Café</b> torrado e moído, tipo único.</p> <p><u>Categoria</u> superior, constituído de grãos tipo 6 (COB), com no máximo 10% em peso de grãos com defeitos pretos, verdes e ou ardidos (PVA) e ausente grãos preto-verdes e fermentados,</p> <p><u>Gosto</u> predominante de café arábica, admitindo-se café robusta (conilon), com classificação de bebida que deverá estar entre mole a rio, isento de gosto rio zona.</p> <p>Características sensoriais recomendáveis e nota de qualidade global da bebida: cafés com categoria de qualidade superior devem apresentar aroma e sabor agradáveis característicos do produto, podendo ser suave ou intenso e obter em análise sensorial da bebida, nota de qualidade global acima de 6,0 pontos, realizada por equipe selecionada e treinada em laboratórios credenciados, fazendo uso de escala de 0 a 10 para qualidade global.</p> <p><u>Embalagens</u> contendo 500g cada, alto vácuo ou vácuo puro (com embalagem de dupla proteção e proteção externa).</p> <p>A marca deve possuir certificado do PQC-Programa de Qualidade do Café, da ABIC, em plena validade, ou Laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado e habilitado pela REBLAS/ANVISA ou laboratório acreditado pelo INMETRO, comprovando tolerância de no máximo 1% de impureza, bem como a nota de qualidade global exigida.</p> <p><u>Validade</u> de 12 (doze) meses, a partir da entrega pelo fornecedor, com registro e data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem.</p> <p><u>Marcas de referência</u>: Melita, Santa Clara, Três Corações ou similar.</p>
2	<p><b>Açúcar</b></p> <p>Coloração: branca</p> <p>Tipo: cristal</p> <p>Pacote: 5kg</p>
3	<p><b>Copo</b> descartável de polipropileno, capacidade 200ml, aplicação em líquidos frios e quentes, atóxico, de acordo com a Norma ABNT, NBR 14865/2002, cor branca</p>
4	<p><b>Copo</b> descartável de polipropileno, capacidade 50ml, aplicação em líquidos frios e quentes, atóxico, de acordo com a Norma ABNT, NBR 14865/2002, cor branca</p>

6.3. **Justificativa para indicação de marcas de referência:** Melita, Santa Clara, Três Corações ou similar.

6.3.1. Escolha baseada na qualidade superior desses produtos que são amplamente reconhecidos no mercado por sua excelência e tradição. Optar por essas marcas pode assegurar a satisfação dos consumidores finais e manter o alto padrão de qualidade que a administração pública demanda. A sugestão de incluir essas marcas no processo licitatório decorre de pesquisas realizadas em sites especializados, as quais indicaram que tais marcas satisfazem as necessidades específicas da administração e contribuem significativamente para a eficiência e eficácia do serviço público.

6.4. As Características químicas deverão obedecer aos parâmetros abaixo, conforme Portaria SDA 570/2022 do MAPA:

--

Item	Descrição /Especificação
Umidade, em g/100g	Máximo de 5%
Resíduo mineral fixo	Máximo de 5%
Resíduo mineral fixo, insolúvel em ácido clorídrico 10% v/ v	Máximo de 1,0%
Cafeína em g/100	Mínimo de 0,5%
Extrato aquoso	Mínimo 20%
Extrato etéreo	Mínimo de 8%

6.5. Características microscópicas e macroscópicas (avalia a pureza do produto, verifica a presença de impurezas e de substâncias estranhas adicionadas ao produto, como cascas, paus e fragmentos de insetos):

Características	Limites de Tolerância (máximos)	Fonte:
Impurezas(cascas e paus),em g/100g	1%	Termos de regra ABIC e Portaria SDA 570/2022 do MAPA.
Fragmentos de insetos indicativos de falhas das boas práticas (não indicativos de risco)	60 fragmentos em 25g de café	Item 3 do anexo I da RDC nº 623/2022 da ANVISA.

6.6. Em relação ao item açúcar (item 2), além das características acima, deverá cumprir os seguintes requisitos:

6.6.1. **Tipo:** pacote

6.6.2. **Unidade de medida:** 5 kg

6.6.3. **Material:** o material da embalagem com contato direto com o açúcar, deverá ser material adequado e observando a legislação específica vigente

6.6.4. **Rótulo:** informações que devem constar:

- Classificação: a palavra "Classe", seguida da denominação da classe correspondente; com a denominação do Tipo correspondente;
- A palavra "açúcar" seguida da marca comercial, se houver;
- Identificação do lote;
- Peso líquido;
- Nome empresarial; CNPJ ou CPF; o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto;
- Tabela de informação nutricional: deverá constar a tabela com as informações nutricionais, salvo se forem enquadradas em outras situações elencadas no Anexo I da IN nº 75, de 2020, da Anvisa, como nos casos de açúcares em embalagens com superfície visível para rotulagem menor ou igual a 100 cm<sup>2</sup>, por exemplo, sachê de açúcar.
- Prazo de validade: 12 meses contados a partir da data da entrega pelo fornecedor.

6.6.5. Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas

vigentes referente aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

- 6.7. Os insumos deverão ser entregues em até 10 (dez) dias contados do envio da Ordem de Fornecimento de Bens no endereço da Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo. Posteriormente, serão distribuídos entre as unidades vinculadas, conforme demanda.
- 6.8. Vistoria obrigatória: não
- 6.9. Necessidade de garantia da contratação: não será exigida garantia da contratação em face das características do objeto da contratação.
- 6.10. Possibilidade de subcontratação: não será permitida a subcontratação de parte ou de todo o objeto, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.
- 6.11. MODELO DE EXECUÇÃO. Prazo para recebimento provisório e definitivo, bem como critérios de pagamento serão detalhados no Termo de Referência.

7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. A quantidade dos itens foi estimada com base no consumo e utilização dos mesmos para o exercício 2024-2025, conduzido pelas informações e orientações no despacho 36622210 elaborado pelo NUMAT/SELOG/SR/PF/ES no processo 08285.005022/2024-12, cujas quantidades sugeridas seguem abaixo:

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
1	Café, apresentação torrado e moído empacotamento a vácuo, validade mínima de 12 meses, categoria superior.	Pacote com 500 gramas	1540
2	Açúcar, branco tipo cristal, 5 kg	Embalagem 5 quilogramas	200
3	Copo descartável de polipropileno, capacidade 200ml, aplicação em líquidos frios e quentes, atóxico, de acordo com a Norma ABNT, NBR 14865/2002, cor branca	Pacote com 100 unidades	579
4	Copo descartável de polipropileno, capacidade 50ml, aplicação em líquidos frios e quentes, atóxico, de acordo com a Norma ABNT, NBR 14865/2002, cor branca	Pacote com 100 unidades	216

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. Foi realizado levantamento de preços, com a finalidade de definir o valor de referência para os itens, em observância ao disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e na Portaria MJSP nº 449/2021 .
- 8.2. Foram utilizados os seguintes parâmetros de pesquisa: painel de preços, aquisições e contratações similares de outros entes públicos e sítios eletrônicos especializados.
- 8.3. O resultado da pesquisa e valores encontram-se consolidados nas tabelas abaixo:

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
------	-------------------------	-------------------	------------	----------------	-------------

1	Café, apresentação torrado e moído empacotamento a vácuo, validade mínima de 12 meses, categoria superior.	Pacote com 500 gramas	1540	R\$ 16,50	R\$ 25.410,00
2	Açúcar, branco tipo cristal, 5 kg	Embalagem 5 quilogramas	200	R\$ 18,00	R\$ 3.600,00
3	Copo descartável de polipropileno, capacidade 200ml, aplicação em líquidos frios e quentes, atóxico, de acordo com a Norma ABNT, NBR 14865/2002, cor branca	Pacote com 100 unidades	579	R\$ 4,48	R\$ 2.593,92
4	Copo descartável de polipropileno, capacidade 50ml, aplicação em líquidos frios e quentes, atóxico, de acordo com a Norma ABNT, NBR 14865/2002, cor branca	Pacote com 100 unidades	216	R\$ 2,40	R\$ 518,40
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 32.122,32</b>

8.4. Assim, o custo estimado do valor da contratação é de **R\$ 32.122,32 (trinta e dois mil cento e vinte e dois reais e trinta e dois centavos)**.

#### 8.5. Orçamento Sigiloso:

8.5.1. Especificamente para esta contratação, com base na [Nota Técnica AudTI/TCU 8/2023](#), a Administração **não adotou o Orçamento Sigiloso**. A opção pela divulgação do orçamento tem por finalidade garantir a observância do princípio da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, da transparência e da publicidade, por meio do conhecimento do preço de referência e dos critérios de aceitabilidade de preços por parte de todos os licitantes. O argumento de que o conhecimento do preço estimado da administração pelos concorrentes, ocasionam oferta de preços com mínima margem de redução (efeito âncora) é frágil, pois em um cenário competitivo, a regulação do preço para o de mercado, ou até inferior a ele, é automática e está intrinsecamente ligada à possibilidade de o licitante sagrar-se vencedor na disputa, e em um cenário pouco ou nada competitivo, ainda que haja possibilidade de conluio ou combinação entre os particulares, o sigilo não estimulará a redução das propostas. Também é importante lembrar que o sigilo do orçamento não favorece a negociação, pois ela depende, exclusivamente, da razoabilidade do licitante, aliada à habilidade de negociação do pregoeiro.

8.5.2. Ademais a exigência de publicação do orçamento no edital poderá ser dispensada nas situações motivadas, para objetos complexos, com alto grau de incerteza em sua definição e/ou características muito peculiares de mercado que justifiquem a medida, considerando os riscos e os benefícios esperados para a Administração no caso concreto (item 9.2.2, do Acórdão 2.547/2015-TCU-Plenário). Ademais, o orçamento sigiloso é recomendado pelo TCU em obras mais complexas, com prazo exíguo para conclusão e em que parcela relevante dos serviços a serem executados não possua referência explícita no Sinapi/Sicro, em face da possibilidade de fracasso das licitações decorrente dessa imponderabilidade de aferição de preços materialmente relevantes do empreendimento (Acórdão 3011/2012 – Plenário).

## 9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. A presente demanda será parcelada em itens, no intuito de propiciar o melhor aproveitamento de mercado e a ampliação da competitividade, conforme disposição legal e entendimento sumulado pelo TCU:

Art. 23 [...] §1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da

economia de escala. (Lei nº 8.666/1993)

SÚMULA Nº 247 TCU É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

#### **10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

10.1. Não há necessidade de contratações correlatas, pois a solução apresenta-se completa e independente de outros serviços.

#### **11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

11.1. A presente demanda está em consonância com a Resolução CG/PF nº 0007 de 27 de Maio de 2024, do Comitê de Governança da Polícia Federal, que aprova o Plano Estratégico 2024/2027, composto pelo documento norteador denominado Projeto de Transformação Organizacional - PF80 que tem como uma das finalidades *buscar transformar a Polícia Federal em uma instituição plural e acolhedora*.

11.2. Os Itens a serem licitados estão devidamente registrados no Plano de Contratações Anual de 2024 e vinculados à contratação nº 200352-90021/2023.

#### **12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO**

12.1. Espera-se suprir a necessidade dos materiais relacionados pela área requisitante, possibilitando a continuidade de suas atividades laborais, através de fornecimento do objeto desta contratação.

12.2. Com o atendimento dessas necessidades, busca-se assegurar a melhoria das condições de trabalho, visando o atendimento dos servidores, colaboradores e visitantes das dependências e das unidades da SR/PF/ES.

#### **13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

13.1. Não há providências adicionais a serem tomadas com relação a aquisição do objeto em tela.

#### **14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

14.1. Desde que atendidos os requisitos delineados nesse Estudo Preliminar, não se verifica impactos ambientais que demandem uma maior análise e tratamento.

#### **15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

15.1. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15.2. Diante do exposto neste estudo e por haver previsão no Plano Anual de Contratações desta SR/PF/ES, existindo disponibilidade orçamentária, é declarada viável a contratação.

#### **16. RESPONSÁVEIS**

16.1. A Equipe de Planejamento da Contratação:

**ROBSON CYPRESTE CARNEIRO**

Agente Administrativo  
NUMAT/SELOG/SR/PF/ES

**THUANE BROEDEL ANDRADE**

Escrivã de Polícia Federal  
**Matrícula 18.150**

**CARLOS MANOEL GRATEX RIBEIRO**

*Escrivão de Polícia Federal*  
*SELOG/SR/PF/ES*



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS MANOEL GRATEX RIBEIRO**, **Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 07/11/2024, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **THUANE BROEDEL ANDRADE**, **Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 07/11/2024, às 12:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROBSON CYPRESTE CARNEIRO**, **Agente Administrativo(a)**, em 07/11/2024, às 12:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO MAGNO CARVALHO XAVIER**, **Superintendente Regional**, em 23/11/2024, às 07:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=38012453&crc=95EED8F1](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=38012453&crc=95EED8F1).  
Código verificador: **38012453** e Código CRC: **95EED8F1**.